

# COMPETIÇÃO ESTRATÉGICA GLOBAL E FRAGMENTAÇÃO REGIONAL: MAPEANDO DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O BRASIL

## GLOBAL STRATEGIC COMPETITION AND REGIONAL FRAGMENTATION: MAPPING CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FOR BRAZIL

LÍVIA PERES MILANI

### RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar desafios e oportunidades estratégicas para o Brasil em um contexto de reconfiguração das relações de força internas e externas que incidem sobre a América do Sul. O artigo inicia com uma contextualização da política internacional contemporânea, destacando a competição estratégica entre grandes potências e a fragilidade dos arranjos regionais. Em seguida, parte de uma retomada da literatura de Política Externa Brasileira e da leitura de documentos oficiais visando identificar quais são os objetivos nacionais na área de Defesa que permanecem ao longo do tempo. Por fim, são mapeados os principais desafios e oportunidades para o país decorrentes deste contexto, dividindo-os nos níveis internacional, regional e doméstico.

**PALAVRAS-CHAVE:** América do Sul; Política Externa Brasileira; Competição Estratégica.

### ABSTRACT

This article aims to analyze strategic challenges and opportunities for Brazil in a context marked by the reconfiguration of internal and external power relations that affect South America. The article begins by contextualizing contemporary international politics and highlights the strategic competition between great powers and the fragility of regional arrangements in South America. It then reviews Brazilian Foreign Policy literature and seeks to identify the national defense objectives declared in official documents that remain over time. Finally, it maps the main challenges and opportunities for the country arising from this context, dividing them into international, regional, and domestic levels.

**KEYWORDS:** South America; Brazilian Foreign Policy; Strategic Competition.

### A AUTORA

Doutora em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (Universidade Estadual Paulista - UNESP/Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP). Pesquisadora contratada do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (NEP -CEEEx) no ciclo 2023-2024.



## 1 INTRODUÇÃO

Acontecimentos recentes sinalizam que a política internacional contemporânea passa por um período de transformação e instabilidades (Babic, 2020; Cooley; Nexon, 2020; Ikenberry, 2018). No plano global, é possível citar as tensões entre China e Estados Unidos, intensificadas a partir da pandemia de Covid-19; a maior assertividade chinesa; a eclosão da guerra na Ucrânia e o mais recente conflito entre Israel e Hamas no Oriente Médio. No plano regional, alguns processos endógenos à América do Sul também são dignos de nota, como a fragilização dos organismos de cooperação regional; a instabilidade política em diversos países; o aumento do interesse e da atuação de potências extrarregionais e a persistência de rivalidades interestatais e problemas de fronteira (Milani, 2023).

Como este cenário instável impacta as possibilidades estratégicas do Brasil? Visando responder a essa pergunta, este artigo dá continuidade à agenda de pesquisa sobre Reordenamento Internacional e Geopolítica na América do Sul vinculada à linha Geopolítica e Estratégias Militares do Núcleo de Estudos Prospectivos (NEP). O objetivo geral neste texto é analisar desafios e oportunidades estratégicas para o Brasil provenientes do contexto de reconfiguração das relações de força que incidem sobre a América do Sul. Busca-se, portanto, entender como as transformações da política internacional – aumento da competição entre grandes potências e mudanças na distribuição de forças – e da política regional – fragilização dos arranjos regionais, divergências e instabilidade política – afetam as possibilidades estratégicas do país.

Para tanto, entende-se necessário, inicialmente, contextualizar esse processo de mudança na geopolítica global e regional. Essa etapa tem como subsídios os ensaios produzidos ao longo de 2023 e publicados na revista *Análise Estratégica* e é feita por meio da revisão de literatura, incluindo também documentos oficiais de potências externas com influência regional. A seguir, são mapeados os principais objetivos estratégicos do Brasil vinculados a sua inserção internacional, o que é feito a partir de uma retomada histórica e da recuperação das diversas edições da Política Nacional de Defesa e de outros documentos do Ministério da Defesa e do Exército. A partir dos achados dessas duas etapas iniciais, visa-se à identificação de desafios e oportunidades estratégicas para o Brasil, tanto no nível internacional, como no regional (sul-americano) e no doméstico.

## 2 O CONTEXTO: A COMPETIÇÃO ESTRATÉGICA, A FRAGILIDADE DA ARTICULAÇÃO REGIONAL E O BRASIL

O cenário global contemporâneo está marcado por importante instabilidade, rápidas transformações e crescentes disputas e conflitos, que alguns autores – especialmente desde o Norte Global – tem caracterizado como crise da ordem liberal internacional (Babic, 2020; Cooley; Nexon, 2020; Ikenberry, 2018; Sanahuja; López Burian, 2020). Esta crise tem vários aspectos, como o enfraquecimento das instituições internacionais, do multilateralismo e do regionalismo, o questionamento de valores liberais no Norte Global e a ascensão de potências não-Ocidentais. Neste ínterim, há fragilização da liderança Ocidental (estadunidense e europeia) a qual, na visão de Ikenberry (2011), é uma das características centrais da ordem internacional contemporânea.

Embora não seja o único elemento a compor este processo, que em seu cerne envolve tanto dimensões materiais como ideacionais, a mudança na distribuição de capacidades – representada especialmente pelo crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico chinês – é um componente importante da crise, agravada pelas formas como as potências ocidentais têm reagido a esta

transformação. De forma cada vez mais enfática, os Estados Unidos têm definido a China, e também a Rússia, como desafios – ou mesmo ameaças – à sua liderança global e à permanência de uma ordem internacional baseada em regras (United States, 2018, 2022a, 2022b). Rússia e China, por sua vez, tem reagido apresentando leituras bastante críticas sobre a hegemonia dos Estados Unidos (China, 2023; Rússia, 2023).

Em ensaio anterior publicado pela revista *Análise Estratégica*, a partir de revisão da literatura acadêmica e de documentos oficiais dos Estados Unidos, trabalhei com a categoria competição estratégica, definindo-a como “uma situação que amalgama cooperação e conflito entre grandes potências, em um contexto estrutural de diminuição da lacuna de poder entre elas, ao passo que a potência hegemônica não pretende abrir mão de sua primazia” (Milani, 2023, no prelo – ensaio 2). Este contexto traz dificuldades para a América do Sul – e para o Brasil – uma vez que os países da região mantêm parcerias relevantes com os países em disputa.

Nas Américas, um dos efeitos mais relevantes da mudança geopolítica no plano global tem sido o aumento da atuação regional do Departamento de Defesa como um dos mecanismos pelos quais os Estados Unidos buscam reafirmar sua hegemonia e criar consensos pan-americanos (Lajtman, 2020; Milani, 2021; Vidal; Wietchikoski, 2022). Em Washington, a presença chinesa na América Latina é – cada vez mais – lida como uma ameaça e, neste processo, o Comando Sul tem ganhado protagonismo no âmbito da formulação e discussão pública sobre política externa para a região. A general Laura Richardson tem feito recorrentes aparições públicas, especialmente em *think tanks*, nos quais discute seu plano de ação, e tem viajado com recorrência, encontrando-se com lideranças políticas e militares sul-americanas.

Em 2022, a comandante se referiu à China como “nossa ameaça condicionante número um”, incluindo Rússia, Irã e o crime organizado transnacional como ameaças secundárias (Ussouthcom, 2022). Em 2023, em entrevista ao *Center for Strategic and International Studies* (CSIS), além de se referir à região como “meu hemisfério”, Richardson pontuou – como já feito em outras ocasiões – que o principal mecanismo pelo qual consegue manter sua atuação regional é a formação de parcerias com os militares latino-americanos. Em suas palavras “parte dos instrumentos do poder nacional do Time EUA [...] é o que eu faço, a cooperação em segurança, que é a minha principal alavanca, trabalhando com os nossos parceiros, conduzindo conferências, realizando exercícios onde posso congrega mais de 20 nações parceiras” (Richardson; Bingen; Mcinnis, 2023, s/p).

A cooperação em segurança é definida pela doutrina militar dos Estados Unidos como composta por interações, programas e atividades conduzidas em conjunto com forças armadas estrangeiras e que visam à “[...] construção de relações que ajudam na promoção dos interesses estadunidenses” (Joint Chiefs of Staff, 2017, p. 11, tradução livre). Assim, fica claro que, mesmo do ponto de vista normativo, a promoção das interações entre os militares não está desconectada dos objetivos de segurança dos Estados Unidos – ao contrário, o objetivo principal é promovê-los.

Neste sentido, percebe-se uma situação peculiar nas Américas, principalmente na América do Sul, na qual existe ao mesmo tempo contínua relevância – e mesmo intensificação – das interações militares com os Estados Unidos e um aumento da importância das relações econômicas com parceiros não-Ocidentais, especialmente a China. Com a notável exceção da Venezuela, a China exerce menor influência militar e possui limitada capacidade para projeção estratégica na região. Por outro lado, existe na região um histórico consolidado de interações militares com os Estados Unidos e com os países europeus, o que inclui programas de treinamento para oficiais, exercícios conjuntos e aquisição de armamentos, que remontam ao pós Segunda Guerra Mundial (Rouquié, 1984). A aproximação com

a China neste campo ainda é incipiente e manifesta-se sobretudo por meio de programas relacionados à educação militar e alguns casos específicos de doação de armamentos.

No caso do Brasil, a interação com os militares dos Estados Unidos tem aumentado nos últimos anos, processo que remonta à ratificação do Acordo de Cooperação em Defesa, em 2015, durante o governo Dilma Rousseff. Este era um acordo guarda-chuva que previa o aumento da cooperação “nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico, segurança tecnológica e aquisição de produtos e serviços de Defesa” (Brasil, 2015). Também apontava para medidas como trocas de informações, treinamentos e instrução militar combinados. Nos anos seguintes, novos acordos, mais específicos, sobre troca de informações militares e desenvolvimento de projetos conjuntos foram firmados entre os dois países<sup>1</sup>.

Um dos desdobramentos deste processo foi o início de uma série de exercícios bilaterais conjuntos, que reúne militares dos Exércitos dos dois países, com alternância entre realização no território brasileiro e estadunidense. O primeiro ocorreu em 2021 e o mais recente teve lugar em novembro de 2023, passando por Belém, Macapá e Oiapoque (Brasil, 2023). Há previsão de continuidade destes exercícios conjuntos bilaterais até 2028. O Brasil participa recorrentemente de exercícios multilaterais promovidos pelo Comando Sul – como o UNITAS, o PANAMAX ou o TRADEWINDS –, mas exercícios bilaterais com os Estados Unidos não eram comuns. Este tipo de interação importa, porque se relaciona com a busca estadunidense em influenciar expectativas e visões de mundo. De acordo com Ellis (2019, p 4), a cooperação em segurança promove efeitos relacionais, definidos como a expectativa de comportamento desejado a partir do trabalho conjunto, além de condições para a promoção da ação indireta – ou seja, quando parceiros agem de acordo com os objetivos dos EUA, dispensando a ação direta da potência. Essa posição mostra que existe a expectativa, desde os EUA, de que tais ações tragam ganhos para o país em termos de alianças e de comportamentos desejados.

Estes desdobramentos mostram a complexidade referente à atuação de potências extraregionais na América do Sul e nas relações com o Brasil. Embora diversos autores apontem um deslocamento na economia política internacional, com ampliação do comércio e de novas dependências em relação à China (Bernal-Meza, 2020; Svampa, Slipak, 2015), no campo da Defesa, os Estados Unidos – assim como os países europeus – seguem sendo as referências principais.

Ao mesmo tempo, os países sul-americanos têm encontrado dificuldades para promover soluções comuns para lidar com o desafio que aparece no plano global. O contexto regional encontra-se marcado pela fragmentação, fragilidade dos arranjos existentes e perda de protagonismo do Brasil (MILANI, 2023, no prelo – ensaios 1 e 2). Historicamente, o Brasil, foi o promotor da ideia de América do Sul como uma subdivisão regional relevante e sua atuação como liderança regional foi amplamente discutida nos anos 2000 (Malamud, 2011; Diamint, 2013). Contudo, nos últimos anos houve um desinteresse brasileiro pela construção do regionalismo na América do Sul, sendo que o país privilegiou as relações com os países desenvolvidos e – especialmente – com os Estados Unidos (Saraiva; Silva, 2019).

Os arranjos regionais se tornaram mais fluidos e há empecilhos para que se consolidem e institucionalizem-se de formas mais profundas (Mariano; Bressan; Luciano, 2021). Ao mesmo tempo,

---

<sup>1</sup> Estes acordos fazem parte de uma agenda dos Estados Unidos e de reivindicações deste país com vistas a ampliar a cooperação em áreas de Defesa. São exemplos: o General Security of Information Military Agreement (GSOMIA), o Master Information Exchange Agreement (MIEA) e o Research, Development, Test, and Evaluation (RDT&E) Agreement.

o aumento das relações comerciais extrarregionais é contraproducente para o dinamismo da integração regional, já que diminui a interdependência econômica entre estes países. Assim, há uma crise do regionalismo sul-americano, sendo que a desconstrução da Unasul e os questionamentos ao Mercosul aparecem como elementos primordiais dessa situação.

Nos últimos meses, o governo federal tem tentado reverter este processo, ao convocar reuniões com lideranças da América do Sul para buscar um resgate de iniciativas que abrangem a região como um todo – como foi a Unasul – ou a retomada de iniciativas sub-regionais – como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Contudo, para além dos encontros, que são um passo importante, ainda não se avançou de formas mais profundas na reconstrução do regionalismo.

No que se refere à utilização desses mecanismos como forma de diálogo com potências extrarregionais é possível destacar a experiência da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), que realiza cúpulas com a China e a União Europeia. Contudo, trata-se de exceção e ainda predominam as interações bilaterais com as grandes potências, especialmente em negociações que envolvem investimentos. As respostas ao desafio global, portanto, ocorrem de forma desarticulada e predominam as relações bilaterais com as grandes potências.

O contexto delineado aqui – nos âmbitos internacional e regional – tem impactos importantes para o Brasil, repercutindo sobre as possibilidades estratégicas. Nas próximas seções busca-se analisar quais são os desafios e oportunidades decorrentes deste cenário. Como um passo anterior, no entanto, é necessário questionar e mapear os objetivos estratégicos do Brasil, para posteriormente dizer como o cenário global e regional os impacta. Na próxima seção, é feita uma discussão sobre como analisar tais objetivos e – posteriormente – busca-se mapeá-los.

### **3 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E OS OBJETIVOS BRASILEIROS NA ÁREA DE DEFESA**

Nesta seção, são discutidos os objetivos brasileiros no âmbito internacional, visando, posteriormente, avaliar como o contexto descrito anteriormente os impacta. Antes, contudo, alguns apontamentos sobre a definição de “objetivos nacionais” são necessários, pois a Política Externa<sup>2</sup> não está alheia aos debates internos que permeiam a política nacional (Allison, 1971; Hudson, 2005; Salomón; Pinheiro, 2013). Como destacado por diferentes autores brasileiros, a Política Externa é uma política pública e, portanto, em seu “processo de elaboração, [...] incidem [...] as demandas e conflitos de variados grupos domésticos” (Salomón; Pinheiro, 2013). A Política de Defesa igualmente não se desconecta dos debates internos e deve ser pensada como política pública, pois “o diálogo, a negociação, a mútua influência, a cooperação, a contradição e o conflito entre atores diversos, capazes de chegar em um consenso democrático são fundamentais para balizar, com a devida legitimidade, as ações do Estado e de suas Forças Armadas” (Duarte, 2022, p.2).

Como pontuado por Maria Regina Soares de Lima (2000), a visão do Estado unitário – presente em análises pautadas pelo realismo – é simplificadora, pois abstrai as disputas e interesses

---

<sup>2</sup>A referência à Política Externa tem como base a concepção de Aron, segundo a qual tanto a estratégia como a diplomacia devem se subordinar à política, sendo duas gramáticas distintas pelas quais o Estado se posiciona no âmbito internacional. Como pontuado pelo autor, “A distinção entre diplomacia e estratégia é relativa. Os dois termos denotam aspectos complementares da arte única da política - a arte de dirigir o intercâmbio com os outros Estados [...]” (Aron, 2002, p. 73). Política Externa, portanto, não é sinônimo de diplomacia, mas se refere ao planejamento e ao conjunto de instrumentos dos quais o Estado faz uso em sua atuação externa.

de grupos domésticos. Ademais, a visão realista sobre “interesse nacional” parte da premissa de que o identificar seria uma tarefa simples, já que o seu conteúdo seria dado pela estrutura do sistema internacional e, portanto, descolado das demandas domésticas. Contudo, o interesse nacional depende da interpretação e dos interesses daqueles grupos ou coalizões políticas que se encontram no governo. A Política Externa gera efeitos sociais distributivos – custos e benefícios incidem de formas diferentes em setores da sociedade – e, portanto, pode ser objeto de dissenso entre grupos sociais (Lima, 2000). Esse contexto é ainda mais relevante no caso da América Latina, onde “interesse nacional” foi percebido não apenas em termos de segurança, mas também – e, talvez, principalmente – em termos de desenvolvimento ao longo da história.

Reconhecer este processo e as limitações do conceito de “interesse nacional” não nos impede, no entanto, de buscar semelhanças no comportamento de um Estado ao longo do tempo ou as formas pelas quais os governos subsequentes definem interesses e objetivos nacionais. Neste último caso, importa lembrar que – internamente – pode haver dissenso em relação a essas definições, contudo, o processo de estabelecê-las é importante para comunicar interna e externamente como o país se posiciona e entende sua política externa e de defesa. Assim, considerando desta forma os interesses nacionais – como expressão de uma leitura específica, que busca se mostrar como universal – buscamos identificar elementos gerais e recorrências, assim como mapear as formas como documentos declaratórios de Defesa definem os objetivos do país.

#### **a. Os paradigmas de Política Externa Brasileira e a dimensão regional**

Ao estudar o histórico de Política Externa Brasileira, é possível perceber alterações nas estratégias escolhidas pelo país para orientar sua atuação internacional. Maria Regina Soares de Lima (1994) destaca dois paradigmas: o da “aliança especial” e o do “globalismo”. No primeiro, consolidado a partir da gestão do Barão de Rio Branco e predominante até a década de 1960, o eixo estruturante da Política Externa eram as relações com os Estados Unidos e sua adoção correspondia aos interesses da classe dominante brasileira na exportação de produtos para a potência. O segundo paradigma, chamado pela autora de “globalismo” busca a diversificação de parcerias, vista como um passo importante para aumentar o poder de barganha frente à potência dominante, e tem como base social o processo de industrialização nacional e o surgimento de forças sociais que defendem o interesse desta indústria nascente (Lima, 1994).

Este segundo paradigma mostrou-se dominante a partir da segunda metade do século XX, acompanhando a necessidade de exportar produtos para uma gama maior de parceiros e de promover o comércio exterior. Contudo, foi matizado ou questionado em diversos momentos – inclusive nos últimos anos. Ademais, no campo da Defesa e das relações entre os militares, os Estados Unidos seguem como referência – ou seja, a diversificação de parcerias expressou-se com menor intensidade nesta área.

Vigevani e Cepaluni (2011) apresentam a busca de autonomia como uma linha de continuidade na Política Externa do pós-redemocratização. As estratégias para lograr esse objetivo, contudo, são diferentes, sendo que os autores identificam as seguintes modalidades: i) “autonomia pela distância”, presente no período final da Guerra Fria e marcado por um afastamento entre o Brasil e os regimes internacionais, ii) “autonomia pela participação”, quando se buscou ao mesmo tempo uma adesão às normas e regimes internacionais e a influência nestes espaços e iii) “autonomia pela diversificação”, que visava à articulação com países do Sul Global como forma de ampliar o poder de barganha frente a grandes potências (Vigevani; Cepaluni, 2011)

Outra linha de continuidade que aparece no momento pós-democratização – e cujas origens

remetem a momento anterior – é a prioridade atribuída à América do Sul. O paradigma globalista, ou a busca de autonomia, implica uma valorização das relações com os países em desenvolvimento e, especialmente, com aqueles geograficamente mais próximos. Busca-se construir a região como referencial e subdivisão das Américas, em contraste com o conceito mais difundido de América Latina. Os documentos declaratórios de Defesa do Brasil repercutem essa característica ao definir como entorno estratégico a América do Sul e o Atlântico Sul – regiões nas quais o país busca aumentar seu protagonismo e limitar a influência e militarização promovida por potências extrarregionais.

A construção da América do Sul como subdivisão política remonta ao segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, quando foi convocada a primeira reunião de presidentes da sub-região, que ocorreu em Brasília no ano 2000. Naquele momento, foram discutidas iniciativas em várias áreas temáticas, avançou-se na implementação da a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul americana (IIRSA) e discutiu-se a possibilidade de aproximação entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (Milani, 2016).

A aproximação entre os países da América do Sul visa à construção de um espaço geopolítico que se mostra relevante especialmente para o Brasil. Argentina e Venezuela – outros atores regionais de peso naquele momento– tinham concepções diferentes sobre espaços prioritários para a cooperação regional. Enquanto a Argentina prezava pelo recorte do Cone Sul, a Venezuela possui uma projeção estratégica voltada para o Caribe. Já para o Brasil, que ocupa quase metade do território, o conceito de América do Sul tinha maior aderência.

A construção de uma institucionalidade sul-americana avançou no primeiro e segundo mandatos Lula, quando o Brasil propôs a criação de uma organização regional que envolvesse toda a região. Houve inicialmente liderança brasileira, mas foram incorporadas demandas de outros países, como Argentina e Venezuela. O processo de negociação refletiu-se, inclusive, no nome – a ideia inicial era que a articulação fosse denominada Comunidade Sul-americana de Nações (CASA), mas posteriormente foi modificado para União Sul-americana de Nações (UNASUL). Nas palavras de Diamint, “a Unasul, que respondia à política externa do Brasil foi se acomodando gradualmente ao jogo múltiplo dos doze países que a conformam” (Diamint, R., 2013, P. 64, Tradução Nossa).

A Unasul foi construída a partir de conselhos setoriais, sendo que o da Defesa ganhou importante destaque. Tratou-se de uma novidade importante já que – até então – os temas desta área eram discutidos em âmbito pan-americano, com a participação dos Estados Unidos (Lima, 2013). Na concepção de Vitelli (2016), a construção do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS) envolveu tanto a inclusão de conceitos já debatidos no âmbito pan-americano, especialmente o de segurança cooperativa, como o surgimento de perspectivas próprias da região, notadamente a ideia de cooperação dissuasória.

O primeiro conceito – segurança cooperativa – é baseado na promoção de práticas que visam à desconstrução de rivalidades e à promoção de confiança mútua. Entre estas, destacam-se a realização de exercícios conjuntos, o aumento de intercâmbios em Defesa e a promoção de transparência na formulação desta política. O conceito foi discutido na ONU no pós-Guerra Fria e difundido nas Américas pelo Departamento de Defesa de Bill Clinton (Vitelli, 2016).

Essa concepção também foi incorporada ao CDS, que visava à promoção da confiança mútua em âmbito regional, promovendo iniciativas como notificação de deslocamento e manobras de militares em zonas de fronteira e a criação de uma metodologia para promover transparência nos gastos de Defesa. No entanto, o CDS rejeitava outros conceitos também discutidos no âmbito hemisférico – como o de segurança multidimensional – ao privilegiar uma noção tradicional de defesa, na qual a função das Forças Armadas é vista como baseada apenas na atuação frente a ameaças externas tradicionais (Vitelli, 2016).

O segundo elemento – a cooperação dissuasória – baseava-se na ideia de que a cooperação é uma forma de dissuadir ameaças de caráter externo à região. Nas palavras de Celso Amorim: “[...] um país democrático e pacífico deve adotar em sua política de defesa, sobretudo em relação aos vizinhos, um forte componente de cooperação, com vistas a obter, conjuntamente com eles, ganhos que não poderiam ser auferidos por meio de ações isoladas.” (Amorim, 2017, p.8). Havia, nesse sentido, uma busca por identificar vulnerabilidades estratégicas comuns e atendê-las de forma articulada. Nesse processo, a proteção dos recursos naturais foi vista como objetivo comum dos países da região e uma área na qual existem vulnerabilidades decorrentes do interesse de potências extra-regionais. Ainda de acordo com Amorim:

[...] nossa estratégia regional cooperativa deve ser acompanhada por uma estratégia global dissuasória frente a possíveis agressores. A baixa percepção de ameaças imediatas não nos exime de seguir os conselhos da prudência. Temos em conta o aumento do valor estratégico global dos ativos que conformam nosso patrimônio nacional e regional. O Brasil e, de forma mais ampla, a América do Sul são grandes produtores de energia renovável e não renovável, de proteína animal e vegetal. Possuímos extensas reservas de água potável em nossos rios e em nossos aquíferos. Temos enorme biodiversidade, e dispomos de vastos recursos minerais. As descobertas no pré-sal, localizadas na Amazônia Azul, elevam o Brasil a um novo patamar de reservas e produção de petróleo e gás natural. Vários desses ativos podem tornar-se objeto de dramática competição internacional. (Amorim, 2017, p. 12)

Apesar da ênfase no CDS e na prioridade estabelecida às relações com a América do Sul, o Brasil não desengajou de sua atuação no âmbito pan-americano. Ao contrário, buscou protagonismo também nestas instituições. Um marco importante foi 2006, quando a presidência do Conselho de Delegados da JID passou a ser ocupada por um general brasileiro, rompendo a tradição de liderança de oficiais dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, como indicado na seção anterior, houve intensificação das relações em Defesa com os Estados Unidos nos anos seguintes. Houve, portanto, opção brasileira por equilibrar as relações sul-americanas com a atuação no âmbito pan-americano.

Além do CDS, outro desafio para o Brasil foi promover a cooperação com os países da África Atlântica, que também compõe o entorno estratégico do país. Naquele momento, houve tentativa de relançamento da Zona de Paz do Atlântico Sul (Zopacas) e iniciativas bilaterais importantes em cooperação em Defesa e promoção de capacitação, notadamente com a Namíbia (Costa, 2023). Esses desenvolvimentos relacionavam-se também com o aumento da atuação de outras agências governamentais e do capital privado brasileiro na África, especialmente na construção civil.

Essas iniciativas, no entanto, foram efêmeras. A crise econômica e política no Brasil, mudanças governamentais e desacordos regionais levaram a um processo de retração da presença brasileira na África e à desconstrução da Unasul. A maior parte dos países-membro deixou o bloco, resultando em descontinuidade das iniciativas de cooperação regional na área de Defesa. A experiência do CDS, no entanto, continua relevante como passo inicial e inspiração de futuros modelos de cooperação regional em defesa na América do Sul.

## **b. Os objetivos nacionais na área de Defesa**

Com a finalidade de identificar desafios e oportunidades para o Brasil provenientes do cenário internacional e regional contemporâneo, além do histórico de Política Externa e de iniciativas anteriores de cooperação em Defesa, é necessário avaliar quais são os objetivos declarados do país. Ainda que limitado, um primeiro esforço para fazê-lo segue a leitura das diferentes edições das Políticas

Nacionais de Defesa. Tais documentos carecem de maior debate público em seu processo de elaboração, sendo que mesmo no Congresso, por onde devem passar, os debates são esparsos e o processo de aprovação muitas vezes entendido como secundário – levando a atrasos importantes na finalização do ciclo de planejamento e da publicação oficial. Há pouco envolvimento da sociedade civil na elaboração dos documentos, que ainda fica muito centrada no Ministério da Defesa e nas Forças Armadas. Ainda assim, essas publicações são um primeiro esforço, ainda que limitado, provisório e contestado, para sistematizar os objetivos brasileiros em sua atuação internacional na área de Defesa.

Desde 1996, foram publicadas cinco edições das Políticas Nacionais de Defesa<sup>3</sup>, as quais contam com uma subseção específica para explicitar quais seriam os “objetivos nacionais de defesa”. Há, de forma geral, relativa continuidade nesta enumeração de objetivos, sendo que alguns dos mesmos são bastante gerais. Com algumas alterações na forma de redação, todas as edições destacam a garantia da soberania e da integridade territorial como primeiro objetivo. Coesão e unidade nacional também são termos que aparecem em todas as versões das políticas, geralmente como segundo objetivo. Outros objetivos mais específicos e recorrentes são: “contribuir para a estabilidade regional”; “contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais”; “intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais” (Brasil, 1996, 2005, 2012, 2016, 2020).

Entre 2005 e 2012, também apareceram os seguintes objetivos: “manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional”; “desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis”; “estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais”; “desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional” (Brasil, 2005, 2012,) Em 2016 e 2020, houve reformulação e os objetivos apontados são: “assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas”; “promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa” (Brasil, 2016, 2020).

Uma lista, com todos os objetivos elencados nos documentos pode ser verificada no Anexo 1. De forma geral, pode-se pontuar como objetivos brasileiros duráveis, manifestados nas Políticas de Defesa: i) manutenção da soberania, ii) preservação da coesão nacional “garantindo aos cidadãos o pleno exercício dos direitos e deveres constitucionais” (Brasil, 2016, p. 25), iii) estabilidade e cooperação regional, iv) contribuição para a paz e segurança internacional, v) manutenção de Forças Armadas capacitadas, vi) projeção internacional, vii) fortalecimento da indústria de defesa e da autonomia tecnológica.

Desde 2016, a Estratégia Nacional de Defesa avança em operacionalizar como estes objetivos nacionais de defesa podem ser implementados, listando Estratégias de Defesa (ED) e Ações Estratégicas de Defesa (AED). Temas como a soberania são conectados a questões para além da defesa – como a segurança de infraestruturas básicas, inteligência e cooperação intragovernamental – e a regularidade orçamentária é bastante destacada. No caso da coesão nacional, há destaque para presença estatal em todo o território nacional e cooperação com outras agências do governo (BRASIL, 2016, 2020).

A promoção da cooperação regional em Defesa manifesta-se na Estratégia de Defesa intitulada “promoção da Integração Regional”, definida da seguinte forma:

---

<sup>3</sup>A primeira versão foi denominada como Política de Defesa Nacional.

Trata-se das ações que visam a consolidação de uma mentalidade própria de defesa no âmbito da América do Sul, buscando-se incrementar o nível de comprometimento dos países da região nos esforços conjuntos para solução de problemas comuns nesse tema.

AED-76 Estimular o desenvolvimento de uma identidade sul-americana de defesa.

AED-77 Intensificar as parcerias estratégicas, a cooperação e o intercâmbio militar com as Forças Armadas dos países sul-americanos.

AED-78 Incrementar a participação brasileira em organismos e fóruns multilaterais de defesa regional (Brasil, 2020, p. 72).

Na Estratégia Nacional de Defesa de 2016 havia menções explícitas à Unasul e ao Conselho de Defesa Sul-americano (Brasil, 2016). O fortalecimento da capacidade de dissuasão, por sua vez, é listado como uma Estratégia de Defesa, contudo, as ações estratégicas de defesa vinculadas são de caráter interno – são elas: manter forças armadas modernas, capacidade de oposição a forças hostis, monitoramento de áreas de interesse, defesa do espaço cibernético e capacidade de mobilização nacional (Brasil, 2016, 2020). A cooperação regional não aparece explicitamente como forma de incrementar o poder dissuasório. Percebe-se, portanto, que o conceito de “cooperação dissuasória” não foi completamente internalizado nas Estratégias de Defesa, ou foi abandonado nos últimos anos.

Também existem Estratégias de Defesa específicas para a “promoção da cooperação internacional”, a “atuação em organismos internacionais”, “emprego de ações diplomáticas relacionadas à defesa” e a “atuação com base no multilateralismo”, que não chegam a identificar áreas ou parcerias prioritárias para o país. Para a promoção da autonomia tecnológica em defesa, os documentos apontam que intercâmbios e parcerias são necessários e temas bastante destacados são a sustentabilidade da cadeia produtiva da base industrial de defesa, assim como as exportações nessa área e o aumento do conteúdo local na produção de defesa (Brasil, 2016, 2020).

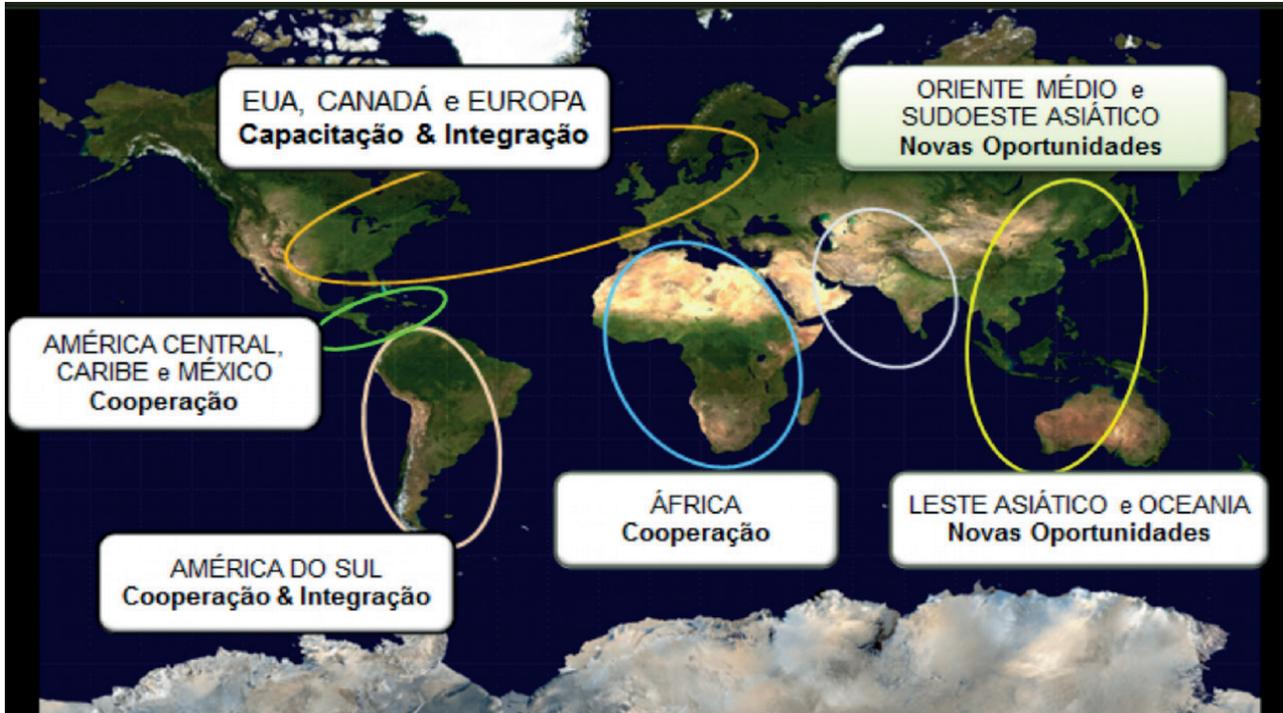
Além das estratégias do Brasil na área de Defesa, também importa identificar objetivos específicos do Exército Brasileiro em sua atuação internacional. Em seu planejamento, o exército também identifica objetivos estratégicos. A Política Militar Terrestre de 2019, última publicada, ressalta objetivos diversos, entre os quais: a dissuasão extrarregional; a projeção do exército no cenário internacional, contribuindo para cooperação regional e paz internacional; aperfeiçoar o sistema de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de obter tecnologias de uso crítico e diminuir a dependência tecnológica nacional (Brasil, 2019).

Um outro documento interessante para subsidiar a análise de desafios e oportunidades decorrentes do cenário internacional para esta força é a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional – DAEBAI, publicada pelo Comando do Exército. O documento atualmente em vigor é de 2020 e existe a perspectiva de que uma atualização seja divulgada em breve, mas a partir da versão vigente alguns elementos podem ser elencados. Mapa incluído no documento aponta EUA, Canadá e Europa como áreas prioritárias para capacitação dos militares brasileiros; América Central e México e África como regiões nas quais há atividades de cooperação e América do Sul como área para atividades de cooperação e integração. Oriente Médio, Sudoeste Asiático, Leste Asiático e Oceania são definidos como regiões de “novas oportunidades”.

Chama a atenção que as atividades de capacitação – definidas como aquelas que “visam à busca de conhecimentos necessários para o desenvolvimento ou a atualização de novas capacidades adquiridas junto às nações amigas” (Brasil, 2020, s/p) – sejam direcionadas exclusivamente ao Norte Global. A Política Militar Terrestre de 2019, define como fator crítico de sucesso para a sua projeção

internacional a “priorização dos entendimentos de cooperação com países do arco do conhecimento (Estados Unidos da América-Europa-Ásia)” (Brasil, 2019, S/P). Portanto, embora exista busca de interações em Defesa com todo o globo, há uma priorização das atividades de capacitação com o Norte Global.

**Figura 1:** Reprodução de mapa da DAEBAI



Fonte: Reprodução. Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (2020-2023)

Considerando que os militares do Sul Global contam com capacidades e realidades financeiras mais próximas às do Brasil, a falta de prioridade atribuída a tais regiões no âmbito da capacitação pode significar perda de oportunidades em termos de trocas de experiências sobre desafios comuns e intercâmbios com Forças Armadas de caráter defensivo. São também forças armadas de países que tendem a ganhar maior protagonismo internacional, inclusive do ponto de vista militar, o que torna relevante o conhecimento sobre suas estratégias e doutrinas. Ainda assim, há que se reconhecer que existem barreiras importantes, como as dificuldades linguísticas, por exemplo.

Sobre as regiões definidas como “novas oportunidades” parece haver dificuldades em aproximação, uma vez que o documento aponta apenas que “cabe ao EME definir as atividades a serem desenvolvidas com foco em novas oportunidades, baseado nos relatórios de missões cumpridas na Ásia, Oriente Médio e Oceania” (Brasil, 2020, s/p). Considerando que essas regiões integram Estados emergentes, com crescente protagonismo internacional, seria importante para o Brasil construir relações duradouras com os militares de tais países. Portanto, cabe aumentar as interações em Defesa e, também, as iniciativas de capacitação com tais países. Essa busca de ampliar as interações com o Sul Global também seria convergente com a orientação de Política Externa Brasileira, já que o governo atual tem buscado maior equilíbrio nas relações com as grandes potências. Interações em defesa fortemente centradas nos Estados Unidos e na Europa mostram as dificuldades de promover este equilíbrio entre grandes potências nos relacionamentos do Brasil na área de Defesa.

## **4 DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O BRASIL NO CONTEXTO DE COMPETIÇÃO ESTRATÉGICA E FRAGMENTAÇÃO REGIONAL**

Como identificado na seção anterior, os objetivos declarados de Defesa do Brasil podem ser resumidos em: manutenção da soberania, preservação da coesão nacional, estabilidade e cooperação regional, contribuição para a paz e segurança internacional, manutenção de Forças Armadas capacitadas, projeção internacional, fortalecimento da indústria de defesa e da autonomia tecnológica. Ainda, com base nas discussões sobre Política Externa, pode-se apontar a diversificação de parcerias, a autonomia e a limitação da influência de grandes potências na América do Sul e no Atlântico Sul como objetivos relevantes.

A seguir, são feitos alguns apontamentos sobre como as mudanças nas relações de força em âmbito internacional e regional impõem desafios e geram oportunidades estratégicas para o país. Buscaremos, portanto, entender os impactos da competição estratégica e da fragmentação regional para o Brasil. Essa exposição será feita considerando os níveis internacional, doméstico e regional.

### **a. Desafios Estratégicos**

Considerando o nível internacional, a competição estratégica entre China e Estados Unidos impõe condicionantes importantes para a atuação internacional do país. Em primeiro lugar, ao considerar que a orientação de Política Externa Brasileira no governo atual se baseia na diversificação de parcerias e em uma busca por manter relações positivas com o Norte e Sul Global – prezando tanto por boas relações com parceiros tradicionais, como com parceiros emergentes – a competição estratégica dificulta esse processo, uma vez que existem pressões por alinhamento vindas sobretudo dos Estados Unidos.

Existem exemplos importantes de como isso ocorreu nos últimos anos. O caso mais destacado foi a pressão exercida pelos EUA para que o Brasil excluísse a empresa chinesa Huawei da infraestrutura nacional de internet móvel 5G baseando-se na hipótese de possíveis ações de espionagem. As tecnologias de comunicação e informação são infraestrutura crítica para o país, contudo têm se tornado um dos temas centrais na competição entre China e Estados Unidos e composto a pauta do relacionamento entre estes Estados e outros países (Majerowicz, 2020). Essas tecnologias têm impactos transversais, abrangendo áreas como educação, agronegócio, indústria e Defesa. Portanto, a pressão por alinhamento impõe desafios tanto para os objetivos de diversificação de parcerias, como para o relacionado à autonomia tecnológica.

A busca de diversificação de parcerias que marca a Política Externa tem se expressado com menor intensidade no campo específico da Defesa, no qual as interações internacionais são mais centradas nos Estados Unidos e nos países europeus. Esta concentração de iniciativas em âmbito pan-americano remonta a processos históricos e à existência de instituições e organizações tradicionais destinadas à promoção da cooperação em defesa e às interações entre militares nas Américas.

Considerando as mudanças nas relações de força em âmbito global e suas repercussões específicas para o país – ou seja, o acelerado crescimento econômico e militar chinês e o aumento da importância das relações comerciais e de investimento com o Brasil – a concentração de interações militares com países ocidentais e o menor conhecimento sobre estratégias e doutrinas asiáticas mostra-se como um desafio. Há necessidade de ampliar o conhecimento e a pesquisa existente no país sobre política e estratégia de países ascendentes, tanto no âmbito da universidade, como entre os militares – o que implica também em ampliar as interações internacionais em defesa com esses parceiros. Diversificar as parcerias na área de Defesa permanece como desafio estratégico.

Ainda no âmbito internacional, a competição estratégica tem envolvido preocupações das potências no que se refere ao acesso a recursos naturais latino-americanos. Essa situação é clara no discurso da já citada comandante Laura Richardson, que tem destacado a riqueza de recursos naturais sul-americanos, buscando garantir acesso aos mesmos (Richardson; Bingen; Mcinnis, 2023). As disputas por recursos naturais – cuja exploração muitas vezes é feita por empresas transnacionais – pode também gerar tensões entre os países da região, por vezes articuladas com a presença das potências, e impactar a estabilidade regional. Cabe ressaltar as tensões entre Venezuela e Guiana, motivadas parcialmente pela exploração de reservas de petróleo. A maior atenção dos Estados Unidos – e outras potências – para a exploração dos recursos naturais da região impacta sobre os objetivos relacionados à limitação da influência de grandes potências e da militarização regional.

Já no que se refere especificamente às relações bilaterais China-Brasil, estas se concentram em temas econômicos, envolvendo comércio e investimentos. A demanda chinesa por alimentos e commodities teve como efeitos aquecer a economia brasileira e, especialmente, o agronegócio. Contudo, essas relações pautam-se especialmente na exportação de commodities, notadamente soja e minérios, o que reproduz um padrão histórico no qual o país exporta produtos agrícolas e minerais e importa outros com maior valor agregado (Bernal-Meza, 2020; Svampa; Slipak, 2015).

Neste ínterim, parte da literatura tem debatido a existência de um fenômeno caracterizado pelo aumento da proporção do setor primário nas exportações brasileiras, em detrimento dos setores industriais, em um processo de reprimarização do comércio exterior do Brasil (Jenkins, 2012; Jenkins; De Freitas Barbosa, 2012). Cabe ressaltar, inclusive, que a China prefere importar grãos *in natura* e processá-los nacionalmente (Escher; Wilkinson, 2019). Esse fenômeno significa uma gradativa diminuição da relevância da indústria nacional na pauta de exportações, incluindo a possibilidade de reprimarização da economia nacional. Não há desconexão entre a capacidade industrial do país – de forma mais geral – e a base industrial de defesa, assim há a possibilidade de impactos negativos para os objetivos relacionados ao fortalecimento da indústria de defesa e da autonomia tecnológica<sup>4</sup>.

Ao mesmo tempo que o país passa por um processo de reprimarização do comércio exterior, há – no âmbito global – aceleração das inovações tecnológicas, especialmente em temas como informação e comunicação, com implicações nos âmbitos civis e militares. O país corre o risco de ficar de fora deste processo e passar por ampliação da defasagem tecnológica em sua cadeia produtiva. Tendo em vista que o país opta pela compra de equipamentos e aquisição de doutrina provenientes de países que compõe a OTAN, a diminuição da capacidade industrial e tecnológica pode implicar em continuidade da dependência estratégica em relação a tais países – de onde costumam vir os equipamentos adquiridos pelas forças armadas brasileiras.

Ainda, a concentração das atividades da agricultura brasileira em produtos de exportação – que promovem margens de lucro maior – pode ter um impacto importante na soberania e na segurança alimentar do país, uma vez que são priorizados os produtos mais rentáveis no âmbito internacional, em detrimento daqueles mais necessários para suprir as necessidades nutricionais da população brasileira. No passado, esse processo gerou conjunturas de alta nos preços dos alimentos e, portanto, há possíveis impactos em termos da coesão nacional e garantia de direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros.

---

<sup>4</sup> Encontrar dados consolidados sobre as exportações da base industrial de defesa brasileira não é uma tarefa simples – contudo, de acordo com o Ministério da Defesa, houve variação importante nos últimos anos. No período 2013 a 2023, as exportações superaram um bilhão de dólares em 2019, 2021 e 2023. Tais dinâmicas são afetadas pelos conflitos em âmbito internacional e pelas encomendas recebidas pela Embraer (Brasil, 2023).

Essa mesma lógica também se apresenta no que se refere ao aumento das tensões e conflitos internacionais, sendo que a invasão russa na Ucrânia deixou clara a dependência brasileira em termos de importação de fertilizantes e substratos agrícolas. Esses desenvolvimentos ressaltam a necessidade de incluir as pautas da soberania e da segurança alimentar como temas essenciais para pensar a coesão nacional no Brasil. Portanto, um desafio importante refere-se à necessidade de políticas públicas específicas que garantam a soberania e segurança alimentar da população brasileira – mesmo que haja impactos negativos para o agronegócio.

As mudanças na pauta de exportação brasileira, com o aumento das exportações para a Ásia também tem um impacto nos incentivos para a integração regional. Os países sul-americanos competem na exportação de produtos para a China, uma vez que em geral exportam as mesmas commodities – como soja, minério de ferro, cobre e petróleo – e são poucos os países que têm conseguido diversificar tais vendas. Ademais, o aumento das exportações para a Ásia tem gerado uma diminuição da parcela do comércio exterior intrarregional e diminuição da interdependência econômica. A tendência de diminuição do comércio intrarregional e das exportações brasileiras para a região, que se delineia desde 2012, ampliou durante a pandemia de COVID-19 (Barros; Gonçalves; Samurio, 2020).

Esta situação tem efeitos negativos para a promoção do regionalismo e para o adensamento da integração regional e cabe aos governos nacionais agirem para reativar a interdependência econômica sul-americana, incentivando importações e exportações. A diminuição da interdependência pode gerar menor atenção para os processos de integração e cooperação regional e impactar negativamente os objetivos relacionados à estabilidade regional, a capacidade industrial e autonomia tecnológica do Brasil. Cabe pontuar que os produtos com maior valor agregado exportados pelo Brasil costumam ter a região como destino e a Estratégia Nacional de Defesa define a importância da integração regional da seguinte forma

A integração regional contribui para a defesa do Brasil, fomenta a confiança e transparência entre as Forças Armadas dos países da região, e pode contribuir para o desenvolvimento das bases industriais de defesa dos países de maneira colaborativa, de modo a proporcionar um desenvolvimento mútuo das capacidades tecnológicas (Brasil, 2020, P. 33).

No âmbito regional, os desafios também são provenientes de questões endógenas e de um contexto de fragilização e fluidez dos arranjos regionais e falta de convergências políticas entre os países da região. Desde o início do projeto de construção do regionalismo sul-americano havia agendas diferentes, que se mostraram de formas mais claras a partir da formação da Aliança para o Pacífico em 2011 (Medeiros Filho, 2017). O regionalismo sul-americano também é caracterizado por baixa institucionalidade e proliferação de arranjos que se sobrepõe (Mariano; Bressan; Luciano, 2021). Retomar e aprofundar o regionalismo – em um contexto de aumento das influências de potências externas na região é um desafio estratégico para o Brasil, que impacta tanto a busca de autonomia nacional, como os objetivos referentes à estabilidade regional, autonomia tecnológica, capacidade industrial e contribuições à paz e segurança internacional.

Articulando os níveis regional e internacional, o menor reconhecimento internacional da “América do Sul” enquanto subdivisão regional mostra-se como outro desafio estratégico. Os Estados Unidos realizam seu planejamento estratégico tendo como base o conceito de “Hemisfério Ocidental”, enquanto a Rússia, a China, e a União Europeia (UE) utilizam o conceito de América Latina (Milani, 2023 – ensaio 2). Há, inclusive, fóruns inter-regionais com a participação destes dois últimos e dos países que compõem a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Promover

o conceito de América do Sul, convergente com a delimitação de entorno estratégico brasileiro, é de interesse para o Brasil, uma vez que a sub-região sofre relativamente menor influência dos Estados Unidos do que a área que engloba a América Central e o Caribe (Teixeira, 2012).

Em âmbito doméstico, pode-se fazer menções a algumas consequências das disputas globais e da fragilização do regionalismo. Especialmente, cabe destacar que existem grupos econômicos e elites domésticas que se beneficiam das relações comerciais e de cooperação com as potências globais. No caso dos Estados Unidos, há um histórico de proximidade e influência, comunidades brasileiras no país e contínua importância do comércio bilateral, além de intensa cooperação entre as agências governamentais brasileiras e estadunidenses. No caso da China, a importância do comércio torna as relações de suma relevância para os representantes do agronegócio brasileiro – e para a economia nacional como um todo. Essa situação, inclusive, colocou freios a uma política de afastamento do país asiático durante o governo Bolsonaro (Saraiva; Silva, 2019). O contexto, portanto, traz desafios relevantes para o Brasil em todos os níveis de análise considerados. Contudo, este mesmo contexto também gera oportunidades, como discutimos na seção a seguir.

### **b. Oportunidades Estratégicas**

Entre as possibilidades geradas pelo cenário internacional competitivo cabe considerar – em primeiro lugar – a magnitude das pressões por alinhamento. Atualmente essas são menos intensas do que aquelas existentes durante o período da Guerra Fria e embora a disputa entre grandes potências se expresse de forma clara na América do Sul, a veemência é menor comparativamente a outras regiões, sendo a Ásia-Pacífico o local principal de competição. Assim, o cenário não impede a diversificação de parcerias.

Ademais, existe um histórico de articulação entre países do Sul Global, com vistas à manutenção de um espaço não alinhado. Esse tema tem, inclusive, gerado discussão acadêmica sobre a possibilidade de rearticulação de fóruns com vistas à preservação da autonomia e evitar pressões por alinhamento – em estratégia conceituada como não-alinhamento ativo (Fortin; Heine; Ominami, 2023). O Brasil tem um histórico de aproximação com outros países em desenvolvimento e as articulações com países como Índia e África do Sul, como ocorre no fórum IBAS, podem ser importantes para a defesa dos interesses nacionais, especialmente quando estes convergem com os de outras potências médias.

A mudança na economia política internacional, com o surgimento de um polo dinâmico na Ásia, o crescimento econômico e militar chinês e de outras potências não ocidentais também é significativo para o Brasil na medida em que existem convergências em termos de Política Externa. Rússia e China possuem narrativas de Política Externa nas quais são destacadas as ideias de “multilateralismo” e “multipolaridade”, assim como ocorre no caso do Brasil (Ciccarillo, 2016; Rússia, 2023; China, 2015). Ademais, articulações como o fórum Brics (Brasil, Rússia, China e África do Sul) possuem um longo histórico de demandar a reforma de instituições internacionais, buscando maior representatividade de países em desenvolvimento (Stuenkel, 2020). Estes desenvolvimentos podem ser oportunidades para a realização do objetivo nacional relacionado ao aumento do protagonismo internacional.

O aumento das disputas entre grandes potências e de tensões e conflitos regionais também se mostram como possibilidades para que o Brasil atue como mediador e conciliador, fazendo uso da credibilidade da diplomacia brasileira e do histórico papel do país em negociações internacionais. Contribui para as pretensões brasileiras o fato de que está afastado dos grandes centros de disputas e pode – a depender do tema – posicionar-se de forma relativamente neutra. Esse cenário abre oportunidade para a realização dos objetivos de contribuir para a paz e segurança internacional e o aumento da projeção internacional do Brasil. Por outro lado, cabe destacar as dificuldades que o país

tem encontrado em ser aceito como mediador no plano global - como ocorreu na guerra da Ucrânia – e mesmo as dificuldades em atuar em resolução de conflitos em âmbito sul-americano – por exemplo, nos casos do conflito interno na Colômbia, da mediação entre governo e oposição na Venezuela ou nas disputas territoriais entre Venezuela e Guiana.

As mudanças na Economia Política Internacional e o aumento das relações China-América Latina também tem repercussões importantes na configuração geoeconômica da região e contribuem para o reforço da divisão das sub-regiões América Central, Caribe e América do Sul. Embora também haja importante investimento chinês nas duas primeiras regiões, o comércio cresceu principalmente com a América do Sul, região que costuma ter superávits com o país asiático – o qual se tornou o principal parceiro comercial de diversos países da região (Myers; Wise, 2017; Wise, 2021). O caso do México é o mais emblemático desse contexto, já que o comércio exterior do país é fortemente centrado nas exportações para os Estados Unidos. A América Central, do Norte e o Caribe são mais relevantes em termos geopolíticos para a potência do que a América do Sul e as mudanças da economia política internacional podem reforçar essa diferenciação entre sub-regiões. Escrevendo durante a Segunda Guerra Mundial, Spykman (1942) apontava as maiores possibilidades de atuação autônoma dos países do sul do continente em comparação com os do norte.

As mudanças na economia mundial e o aumento do desenvolvimento tecnológico de China e Índia – assim como de outros países do Sul Global – também significa o surgimento de novas possibilidades para parcerias com esses países, inclusive de projetos conjuntos. Cabe destacar que o Brasil mantém parceria para construção de satélites há décadas com a China. Por outro lado, também os países em ascensão – assim como as potências tradicionais – impõem limites à transferência de tecnologias. No setor espacial, por exemplo, a China mantém projetos de colaboração para a construção de satélites, porém os lançamentos costumam ser controlados pelas agências chinesas e feitos em seu próprio território (Frenkel; Blinder, 2020). De qualquer modo, são possibilidades interessantes para a busca de parcerias necessárias ao objetivo de ampliação da autonomia tecnológica brasileira. Também há oportunidades para ampliar as interações internacionais em Defesa com esses países e construir relações de defesa mais consolidadas.

No passado, a competição estratégica entre grandes potências também gerou possibilidades de barganhas para o Brasil. O exemplo mais destacado foi a garantia de investimento dos Estados Unidos para a siderurgia nacional no contexto da Segunda Guerra Mundial – o que implicou no alinhamento do país e entrada na guerra (Bandeira, 2010). No momento contemporâneo, existem medidas de Política Externa dos Estados Unidos que podem gerar oportunidades de investimentos. A primeira delas é a busca deste país – e também dos europeus – em contrapor as iniciativas de investimento em infraestrutura chinesa com projetos próprios, como sinaliza a criação da agência governamental *U.S. International Development Finance Corporation* (DFC). Outro ponto é a busca dos Estados Unidos pelo desacoplamento de sua economia em relação à chinesa e o incentivo governamental para que as empresas do país realizem investimentos em países geograficamente mais próximos e mais amigáveis.

A competição estratégica e a maior ênfase de grandes potências nos recursos naturais latino-americanos também geram maiores incentivos para a cooperação regional. Como pontuado anteriormente, nos anos 2000, os recursos naturais foram identificados pelo Conselho de Defesa Sul-americano como um elemento de união entre os países da América do Sul. A pressão externa joga luz sobre a importância de planejar a exploração sustentável e autônoma destes recursos e a concertação política regional mostra-se como uma forma importante para aumentar o poder de barganha neste processo. Retomar tanto articulações regionais como sub-regionais – a exemplo da OTCA seria

relevante neste processo. Por outro lado, cabe sempre ter atenção sobre a forma como é possível defender tais recursos, uma vez que sua exploração é feita por empresas transnacionais e, geralmente, a forma mais efetiva de protegê-los é por meio de legislação consistente.

A mesma lógica também se apresenta no caso do Atlântico Sul, onde a competição estratégica tem se expressado de forma mais aguda. A retomada da Zopacas seria importante para garantir espaços de autonomia na região, permitir o controle de rotas marítimas estratégicas, evitar a militarização desde fora e evitar a exploração de recursos naturais de forma predatória.

Por fim, no nível doméstico, o aumento das tensões e instabilidades no âmbito internacional tem feito com que temas como Política Internacional, Política Externa e Política de Defesa sejam mais discutidos pela mídia e pela sociedade brasileira. Trata-se, portanto, de momento relevante para incentivar a discussão nacional sobre o tema e fomentar o objetivo “ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional” (Brasil, 2016).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, o objetivo principal foi mapear desafios e oportunidades para o Brasil decorrentes do cenário de transformação da geopolítica global, marcada pelo acirramento da competição entre grandes potências, e regional, marcada pela crise do regionalismo e instabilidades políticas. Identificamos desafios tanto nos níveis global, regional, como doméstico – que muitas vezes se entrelaçam.

Entre os desafios no plano global, há aqueles que decorrem do acirramento das tensões entre grandes potências e que implicam em: maiores dificuldades para o país manter relações cordiais e positivas concomitantes com dois de seus principais parceiros comerciais, EUA e China; pressões internacionais para que a escolha de investimentos, especialmente em tecnologias de comunicação e informação leve em consideração o aspecto geopolítico; maior interesse internacional em explorar recursos naturais latino-americanos, de formas nem sempre sustentáveis; necessidade de ampliar o conhecimento sobre estratégias de países não-Ocidentais que se tornam atores relevantes da política internacional.

Ainda no âmbito global, existem desafios decorrentes de mudanças na economia política internacional como: surgimento de novas dependências e reprimarização do comércio exterior, com efeitos negativos para a capacidade industrial brasileira; diminuição relativa da importância do comércio intra-regional sul-americano e diminuição dos incentivos para a integração regional; pressões relativas à manutenção da segurança e soberania alimentar no Brasil. No âmbito regional, as instabilidades políticas, a manutenção de instituições frágeis e as diferentes agendas nacionais dificultam a retomada de um processo de integração regional e de cooperação em Defesa.

Os empecilhos são salientes e mostram um cenário desafiador para a Política Externa e de Defesa do Brasil. Isso não implica, contudo, a inexistência de oportunidades. Entre estas, ressaltamos, no plano global: a existência de articulações entre país do Sul Global, que podem ser reforçadas com vistas a garantir de autonomia e evitar pressões por alinhamento; o maior peso do Sul Global nos processos decisórios internacionais e o aumento da discussão sobre reforma da governança global; as possibilidades para a atuação brasileira como mediador de conflitos; as novas possibilidades de parcerias e interações na área de defesa; a possibilidade de atrair maiores investimentos com o processo de desacoplamento das economias de EUA e China. Em âmbito regional destaca-se o interesse comum dos países sul-americanos em planejar a exploração sustentável e autônoma dos recursos naturais, evitando atitudes exploratórias de potências extra-regionais ou empresas transnacionais (sendo estas de origem europeia, norte-americana ou chinesa).

Para concluir, importa pontuar que – com a competição estratégica em nível global – um risco importante para o Brasil, a América do Sul e outras regiões periféricas é a tendência de que sejam concebidos como espaços de disputas entre potências globais, como atores passivos que pouco impactam a ordem internacional. Fugir dessa lógica é de interesse para os países sul-americanos e, para lograr este objetivo, as articulações na região e para além dela são essenciais. É necessário, contudo, que estas não se limitem à diplomacia, mas também se apresentem no campo da defesa.

## REFERÊNCIAS

ALLISON, G. T. *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*. Boston: Little, Brown and Company, 1971.

AMORIM, C. Política de Defesa de um País Pacífico. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 27, n. 54, p. 7–15, 25 ago. 2012.

ARON, R. *Paz e guerra entre as Nações*. Brasília: Traduzido por Sergio Bath. Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BABIC, M. Let's talk about the interregnum: Gramsci and the crisis of the liberal world order. *International Affairs*, v. 96, n. 3, p. 767–786, 2020.

BANDEIRA, L. A. M. *Brasil, Argentina e Estados Unidos. Conflito e Integração na América do Sul*. 3a rev. e ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BARROS, P. S.; GONÇALVES, J. DE S. B.; SAMURIO, S. E. Desintegração Econômica e Fragmentação da Governança Regional na América do Sul em Tempos de Covid-19. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 27, 2020.

BERNAL-MEZA, R. Introduction: Understanding China–Latin America Relations as Part of the Transition of the World Order. In: BERNAL-MEZA, R.; XING, L. (Eds.). *China–Latin America Relations in the 21st Century. The Dual Complexities of Opportunities and Challenges*. Palgrave Macmillan, 2020. p. 1–27.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Política de Defesa Nacional*. Brasília, 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. *Política Nacional de Defesa*. Brasília: Governo Federal, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. *Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Governo Federal, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. *Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Governo Federal, 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. *Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Governo Federal, 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. Exportações de produtos de defesa somam US\$ 1,1 bilhão este ano e superam em mais de 60% o total do ano passado. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/exportacoes-de-produtos-de-defesa-somam-us-1-1-bilhao-este-ano-e-superam-em-mais-de-60-o-total-do-ano-passado>>.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. *Sistema de Planejamento Estratégico do Exército. Política Militar Terrestre*. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria No 653, de 6 de Julho de 2020. Diretriz Para As Atividades Do Exército Brasileiro Na Área Internacional – DAEBAI. Brasília: Secretaria-Geral do Exército, 2020.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. DECRETO No 8.609, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa, firmado em Washington, em 12 de abril de 2010. 2015.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto No 11.737, de 18 De Outubro de 2023. Brasília, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11737.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11737.htm). Acesso em 28 de dezembro de 2023.

CHINA. MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. US Hegemony and Its Perils. Disponível em: [http://ws.china-embassy.gov.cn/eng/xwdt/202303/t20230302\\_11033825.htm](http://ws.china-embassy.gov.cn/eng/xwdt/202303/t20230302_11033825.htm). Acesso em 28 de dezembro de 2023.

CICCARILLO, S. G. The Russia-Latin America Nexus: Realism in the 21st Century. *Review of International Studies*, v. 47, p. 25–45, 2016.

COOLEY, A.; NEXON, D. *Exit from Hegemony. The Unraveling of the American Global Order*. New York: Oxford University Press, 2020.

COSTA, M. G. DA. Desafios da Revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul no Contexto da Década Oceânica (2021-2030). Lisboa: Atlantic Center, Policy Brief 16, April 2023. .

DIAMINT, R. Regionalismo y posicionamiento suramericano: UNASUR y ALBA. *Revista CIDOB D'afers Internacionals*, v. 101, p. 55–79, 2013.

DUARTE, R. DE S. Trajetória Sinuosa: Surgimento de uma Dimensão Pública na Formulação da Política de Defesa no Brasil? *Dados*, v. 65, n. 4, 2022.

ELLIS, R. E. The U .S. Military in Support of Latin America and the Caribbean. *PRISM, the journal of complex operations*, v. 8, n. 1, p. 26–40, 2019.

ESCHER, F.; WILKINSON, J. A economia política do complexo Soja-Carne.. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 57, n. 4, p. 656–678, 2019.

ESCODÉ, C. El realismo de los Estados Débiles. La Política Exterior del Primer Gobierno Menem frente a la teoría de las relaciones internacionales. Buenos Aires: Grupo Editorial Lationamericano, 1995.

FORTIN, C.; HEINE, J.; OMINAMI, C. *Latin American Foreign Policies in the New World Order The Active Non-Alignment Option*. London: Anthem Press, 2023.

FRENKEL, A.; BLINDER, D. Geopolítica y cooperación espacial: China y América del Sur. *Desafios*, v. 32, n. 1, p. 1, 2020.

HUDSON, V. M. Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. *Foreign Policy Analysis*, v. 1, n. 1, p. 1–30, 2005.

IKENBERRY, G. J. *Liberal Leviathan. The Origins, Crisis and Transformation of the American World Order*. New Jersey: Princeton University Press, 2011.

IKENBERRY, G. J. The end of liberal international order? *International Affairs*, v. 94, n. 1, p. 7–23, 2018.

- JENKINS, R. Latin America and China-a new dependency? *Third World Quarterly*, v. 33, n. 7, p. 1337–1358, 2012.
- JENKINS, R.; DE FREITAS BARBOSA, A. Fear for manufacturing? China and the future of industry in Brazil and Latin America. *China Quarterly*, n. 209, p. 59–81, 2012.
- LAJTMAN, T. Trump y la renovación del militarismo imperial en América Latina y el Caribe. In: SILVINA M. ROMANO (Ed.). **Trumperialismo. La guerra permanente contra América Latina**. Buenos Aires: Celag: Mármol Izquierdo, 2020. v. 1p. 37–63.
- LIMA, M. R. S. DE. Ejes Analíticos y Conflicto de Paradigmas en la Política Exterior Brasileña. *América Latina/internacional*, v. 1, n. 2, p. 27–46, 1994.
- LIMA, M. R. S.. Instituições Democráticas e Política Exterior. *Contexto Internacional*, v. 22, n. 2, p. 265–304, 2000.
- LIMA, M. R. S. . Relações interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 90, p. 167–201, 2013.
- MAJEROWICZ, E. A China e a economia política internacional das tecnologias da informação e comunicação. *Geosul*, v. 35, n. 77, p. 73–102, 2020.
- MALAMUD, A. A Leader Without Followers? The Growing Divergence Between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy. *Latin American Politics and Society*, v. 53, n. 3, p. 1–24, 2011.
- MARIANO, K. P.; BRESSAN, R. N.; LUCIANO, B. T. Liquid regionalism: A typology for regionalism in the americas. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 64, n. 2, 2021.
- MEDEIROS FILHO, O. A South American Defence Structure: Problems and Prospects. *Contexto Internacional*, v. 39, n. 3, p. 673–689, dez. 2017.
- MILANI, L. P. **Identidade e Cooperação: Os Governos Kirchner e Lula e a Construção de uma Identidade Coletiva em Defesa (2003-2010)**. (Dissertação de Mestrado - PPGRI San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP) Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2016.
- MILANI, L. P. US Foreign Policy to South America since 9/11: Neglect or Militarisation? *Contexto Internacional*, v. 43, n. 1, p. 121–146, 2021.
- MILANI, L. P. América do Sul em construção: Transformações Internas, Externas e Geopolítica Regional. *Análise Estratégica*, v. 30, n. 3, p. 9–26, 2023.
- MYERS, M.; WISE, C.; (EDITORS). **The Political Economy of China-Latin America Relations in the New Millennium. Brave New World**. New York: Routledge, 2017.
- RICHARDSON, G. L. J.; BINGEN, K. A.; MCINNIS, K. **Looking South: A Conversation with General Laura Richardson on Security Challenges in Latin America**. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies (CSIS), 2023.
- ROUQUIÉ, A. **O Estado Militar na América Latina**. 1. ed. Santos: Editora Alfa Omega, 1984.
- RUSSIA. **The Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation**. Moscow: The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation, 2023.
- SALOMÓN, M.; PINHEIRO, L. Análise de política externa e política externa Brasileira: Trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n. 1, p. 40–59, 2013.

- SANAHUJA, J. A.; LÓPEZ BURIAN, C. La nueva extrema derecha neopatriota latinoamericana: el internacionalismo reaccionario y su desafío al orden liberal internacional. **Cojuntura Austral Journal of the Global South**, v. 11, n. 55, p. 22–34, 2020.
- SARAIVA, M. G.; SILVA, Á. V. C. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, n. 64, p. 117–137, 2019.
- SPYKMAN, N. J. **America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power**. New York: Institute of International Studies Yale University. Harcourt, Brace and Company, 1942.
- STUENKEL, O. **The BRICS and the Future of Global Order**. Second Edition . London: Lexington Books, 2020.
- SVAMPA, M.; SLIPAK, A. M. China en América Latina: Del Consenso de los Commodities al Consenso de Beijing. **Revista Ensembles primavera**, v. 2, n. 3, p. 34–63, 2015.
- TEIXEIRA, C. G. P. **Brasil, The United States and the South American Subsystem**. Regional Politics and the Absent Empire. Lanham: Lexington Books, 2012.
- THE STATE COUNCIL. THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **Full text: Action plan on the Belt and Road Initiative**. Beijing: The State Council. The People's Republic of China., 2015.
- UNITED STATES. DEPARTMENT OF DEFENSE. **National Defense Strategy**. Washington, D.C.: The White House, 2018. Disponível em: <National Defense Strategy of%0AThe United States of America>
- UNITED STATES. THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy**. Washington, D.C., 2022. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf>>
- UNITED STATES. U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. **2022 National Defense Strategy of the United States of America**. Washington, D.C., 2022.
- USSOUTHCOM. Statement of general Laura J. Richardson commander, United States Southern Command before the 117 Congress. p. 1–26, 2022.
- VIDAL, C.; WIETCHIKOSKI, L. U.S. Hegemony in Latin America: The Southern Command as an Instrument of Consensus and Coercion. **Contexto Internacional**, v. 44, n. 3, 2022.
- VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. **A política Externa Brasileira; A Busca de Autonomia de Sarney a Lula**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- VITELLI, M. América del Sur: de la Seguridad Cooperativa a la Cooperación Disuasoria. **Foro Internacional**, v. 225, n. 3, p. 724–755, 2016.
- WISE, C. China in Latin America: Winning hearts and minds pragmatically. In: GARDINI, G. L. (Ed.). **External Powers in Latin America**. Geopolitics between Neo extractivism and South-South Cooperation. New York: Routledge, 2021. p. 44–59.

## Anexo 1: Objetivos Nacionais de Defesa

| Ano  | Nome do documento           | Objetivos de Defesa   |
|------|-----------------------------|---|
| 1996 | Política de Defesa Nacional | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. a garantia da soberania, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais;</li> <li>2. a garantia do Estado de Direito e das instituições democráticas;</li> <li>3. a preservação da coesão e da unidade da Nação;</li> <li>4. a salvaguarda das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros ou sob jurisdição brasileira;</li> <li>5. a consecução e manutenção dos objetivos brasileiros no exterior;</li> <li>6. a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção no processo decisório internacional;</li> <li>7. a contribuição para a manutenção da paz e segurança internacionais.</li> </ol>   |
| 2005 | Política de Defesa Nacional | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;</li> <li>2. defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;</li> <li>3. contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais;</li> <li>4. contribuir para a estabilidade regional;</li> <li>5. contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais;</li> <li>6. intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais;</li> <li>7. manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional;</li> <li>8. conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País;</li> <li>9. desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis;</li> <li>10. estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais;</li> <li>11. desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional.</li> </ol>   |
| 2012 | Política Nacional de Defesa | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;</li> <li>2. defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;</li> <li>3. contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais;</li> <li>4. contribuir para a estabilidade regional;</li> <li>5. contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais;</li> <li>6. intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais;</li> <li>7. manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional;</li> <li>8. conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País;</li> <li>9. desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis;</li> <li>10. estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais; e</li> <li>11. desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional.</li> </ol> |

Competição estratégica global e fragmentação regional:

|      |                             |  |
|------|-----------------------------|--|
| 2016 | Política Nacional de Defesa | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial.</li> <li>2. Assegurar a capacidade de Defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas.</li> <li>3. Salvar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, situados no exterior.</li> <li>4. Contribuir para a preservação da coesão e unidade nacionais;</li> <li>5. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais;</li> <li>6. Contribuir para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais;</li> <li>7. Promover a autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa;</li> <li>8. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional.</li> </ol> |
| 2020 | Política Nacional de Defesa | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial.</li> <li>2. Assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas.</li> <li>3. Promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa.</li> <li>4. Preservar a coesão e a unidade nacionais</li> <li>5. Salvar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior.</li> <li>6. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional.</li> <li>7. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais.</li> <li>8. Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.</li> </ol>   |